



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638747 - SP (2021/0002224-1)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**IMPETRANTE** : ANA PAULA DA SILVA  
**ADVOGADO** : ANA PAULA DA SILVA - SP401560  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : RODOLFO CARDOSO BRETANHA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RODOLFO CARDOSO BRETANHA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2281552-71.2020).

O paciente encontra-se cautelarmente segregado, em virtude de prisão em flagrante, convertida em cautelar, pelo suposto cometimento do delito previsto no art. 155, § 1º, do Código Penal.

Alega o impetrante que a decisão que converteu a prisão em preventiva, supostamente baseada em argumentos genéricos e pouco relevantes, não contém fundamentação idônea, ou comprovação da necessidade da segregação cautelar para preservação da ordem pública e garantia da instrução criminal e que o paciente tem residência e encontra-se “no rol de prioridades da Recomendação nº 62 do C.N.J. em 17/03/2020)”, uma vez que faz uso de medicação controlada para distúrbio mental e transtorno de ansiedade.

Requer liminarmente a decretação da liberdade provisória em favor do paciente e aplicação de medida cautelar diversa da prisão. No mérito, requer que seja concedido ao paciente o direito de responder ao processo em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em relação à aplicação da Recomendação n. 62/2020-CNJ, a matéria não foi enfrentada no acórdão ora atacado, razão pela qual esta Corte não pode conhecer do recurso sob pena de supressão de instância.

Quanto às demais alegações, em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente